

Apesar do potencial, PPPs de iluminação pública têm dificuldade de sair do papel

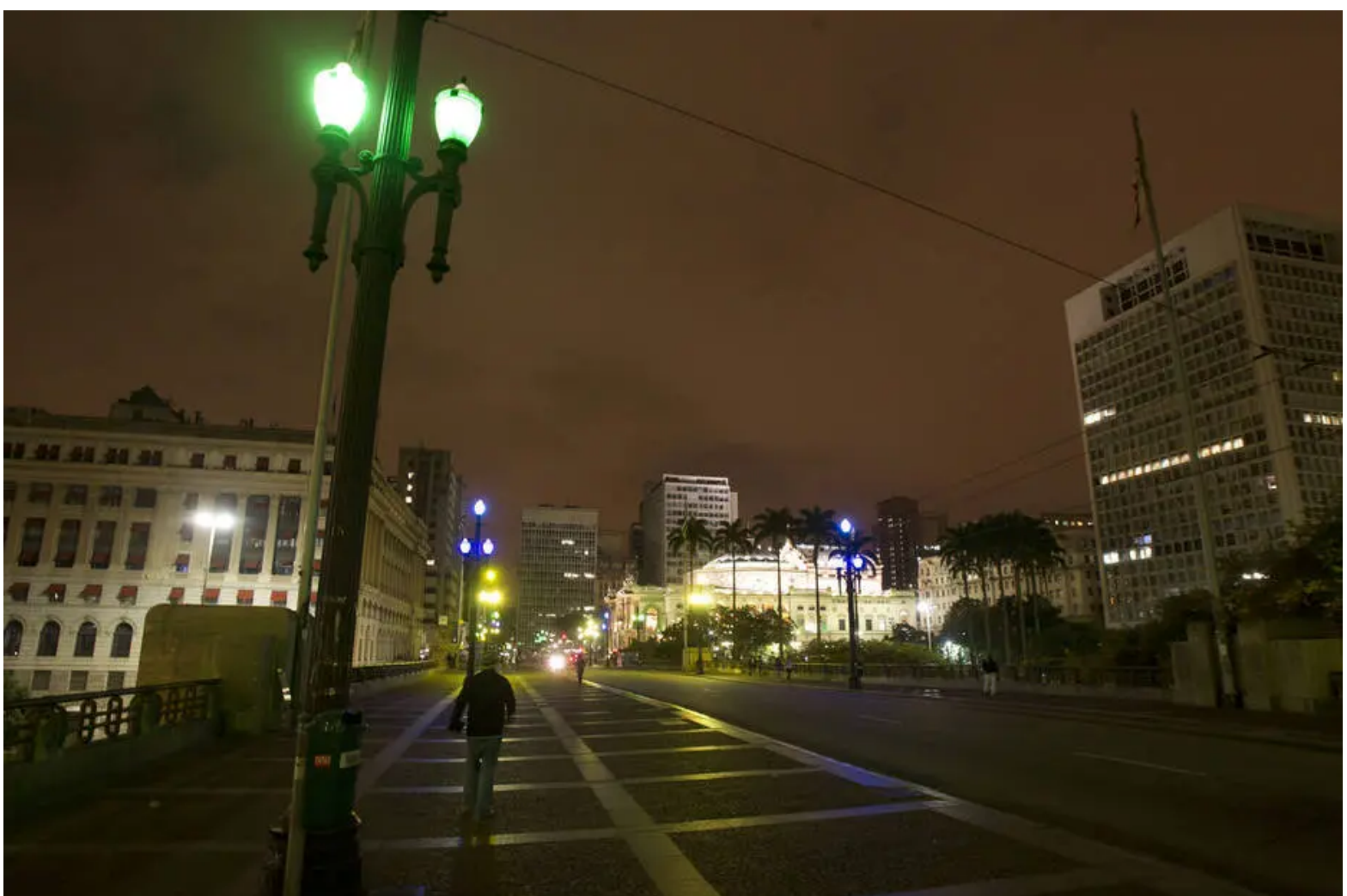
Apenas 14 contratos de parcerias público-privadas no setor foram assinados por prefeituras, de um total de 253 projetos planejados entre 2013 e 2018

Vinicius Neder, O Estado de S. Paulo

20 de janeiro de 2020 | 15h37

RIO - Apesar do potencial de investimentos e de economia de eletricidade, apenas 14 contratos de parcerias público-privadas (PPPs) de iluminação pública foram efetivamente assinados por prefeituras, de um total de 253 projetos planejados entre 2013 e 2018, segundo dados da consultoria **Radar PPP** citados num guia da [Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base \(Abdib\)](#). Baixa qualidade na elaboração de projetos e contestações judiciais estão entre os entraves, empresas do setor demonstram apetite para investir.

LEIA TAMBÉM > [Regina Duarte aceita fazer teste na Secretaria de Cultura de Bolsonaro](#)



Em São Paulo, a tentativa de implementar uma PPP de iluminação pública já se arrasta há anos. Foto: Rafael Arbex/Estadão

Atualmente, [Belo Horizonte](#) é o caso mais concreto de cidade que delegou toda sua iluminação pública a um operador privado, a concessionária **BHIP**, controlada pela **Barbosa Mello Construtora**. O [Rio](#) está na fase final do processo de licitação para selecionar um operador privado.

Porto Alegre realizou um leilão em agosto do ano passado, mas o processo foi contestado judicialmente por um dos consórcios desqualificados.

Em **São Paulo**, a licitação, iniciada em 2015, ainda na gestão **Fernando Haddad (PT)**, se arrastou por mais de quatro anos e meio e envolveu, além de brigas no **Judiciário**, denúncias de corrupção contra uma das empresas do consórcio vencedor. Desde agosto, liberada por uma decisão judicial, a **Prefeitura** retomou a **PPP**, com contratos temporários. Agora, aguarda o sinal verde da Procuradoria-Geral do Município para firmar a PPP em definitivo com o consórcio **Iluminação Paulistana**, liderado pela construtora especializada no setor elétrico **FM Rodrigues**.

Para Marcelo Bruzzi, presidente da BHIP, a insistência em desenhar projetos muito complexos e decisões políticas dos prefeitos são os principais entraves a um “boom” de PPPs **País** afora. Leonardo Serpa, presidente da Engie Soluções, braço do grupo francês que acaba de ganhar a operação de iluminação pública de **Uberlândia (MG)**, também vê a baixa qualidade dos projetos como entrave para as PPPs saírem do papel, mas 2019 foi um “divisor de águas”, com a entrada do **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)** e da **Caixa** na elaboração desses projetos.

O BNDES iniciou um programa de apoio aos municípios para o desenvolvimento de PPPs em iluminação pública no início de 2017 e tem reforçado o foco na elaboração de projetos de concessão na gestão do atual presidente, **Gustavo Montezano**.

Atualmente, oito dos cerca de 80 projetos na carteira de concessões do BNDES são em iluminação pública: **Porto Alegre (RS)**, **Pelotas (RS)**, **Vila Velha (ES)**, **Caruaru (PE)**, **Petrolina (PE)**, **Teresina (PI)**, **Macapá (AP)** e um consórcio de municípios gaúchos. Curitiba será o nono projeto, a ser iniciado ainda no primeiro trimestre deste ano.

“O problema das garantias, que existe em outras PPPs, não existe em iluminação pública, por causa da Cosip”, afirmou o diretor de Infraestrutura do BNDES, Fábio Abrahão, que vê grande potencial para o setor, mas projeta um grande salto nas licitações em 2021. “O mini-gargalo hoje é o calendário eleitoral, mas tem prefeituras que apesar disso já começaram o trabalho conosco”, completou o diretor.

A advogada Ana Cândida de Mello Carvalho, sócia da área de Infraestrutura, Regulação e Assuntos Governamentais no escritório Barbosa, Müssnich, Aragão (BMA) vê a pouca familiaridade dos órgãos de controle - no caso, os tribunais de contas dos Estados - e a elaboração de projetos como os principais entraves. Nem os questionamentos à constitucionalidade da CIP e da Cosip preocupam tanto, diante da perspectiva de uma decisão do **Supremo Tribunal Federal (STF)** a favor da cobrança.

As empresas demonstram apetite para investir. Serpa, da Engie Soluções, aposta numa redução de contestações judiciais, especialmente em relação ao resultado dos leilões, à medida que o mercado amadureça, e afirma que o objetivo da multinacional francesa é ser líder nesse mercado. A ideia é conquistar de duas a três PPPs por ano. “O apetite é grande”, afirmou Serpa.

Segundo o executivo, a Engie não tem um “teto” para os investimentos, cujo ritmo deverá ser ditado mais pela identificação de bons projetos do que pela disponibilidade de recursos.

A BHIP, concessionária de Belo Horizonte, avalia investimentos em 17 cidades. O foco das avaliações, segundo Bruzzi, será na segurança jurídica dos projetos. “Temos muito interesse em entrar em projetos de médio e grande porte. Muito interesse”, afirmou o executivo.

Tudo o que sabemos sobre:

Abdib [Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base]

- multa de trânsito

Pelotas [RS]

PPP [Parceria Público-privada]

Belo Horizonte [MG]

Rio de Janeiro [cidade RJ]

Porto Alegre [RS]

Uberlândia [MG]

Poder Judiciário

Macapá [AP]